

CLIPPING



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS



11/07/2019
QUARTA-FEIRA

LOREM IPSUM
DOLOR SIT AMET

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO

imprensa@tce.go.gov.br

www.tce.go.gov.br

3228-2699





ECONOMIA

Bolsonaro deve vir a Anápolis assinar concessão da Norte Sul

FERROVIA Visita está prevista para 31 de julho, data do aniversário da cidade; prefeito e empresários falam em primeiro passo para melhorar entroncamento logístico

Mariana Carneiro
mariana.carneiro@opopular.com.br

O presidente Jair Bolsonaro (PSL) deve vir a Anápolis assinar a concessão da Ferrovia Norte-Sul no dia 31 deste mês, data do aniversário de 112 anos da cidade. Os detalhes de mais uma visita do presidente ao Estado foram discutidos ontem (10) durante audiência entre o governador Ronaldo Caiado (DEM) e o ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas.

O prefeito de Anápolis, Roberto Naves (PDT), disse esperar que a ferrovia volte a funcionar o mais rápido possível. “Nossa expectativa com essa assinatura é alta, pois ela sinaliza também o funcionamento da Norte-Sul. Isso é muito importante, considerando que somos um entroncamento logístico de peso

para o Estado e para o país”, disse o prefeito. “Ganharemos muito no que diz respeito à competitividade e atração de novas indústrias para o nosso polo”, ressaltou o prefeito.

O presidente da Associação Comercial e Industrial de Anápolis (AciA), Álvaro Otávio Dantas Mala, afirma que esse é o primeiro passo para o funcionamento da ferrovia. “Eles ainda têm que concluir a ferrovia e isso ainda vai ser uma longa caminhada, mas pelo menos já é uma mudança”, avaliou o presidente.

Segundo Álvaro, a assinatura da concessão e, conseqüentemente, o funcionamento da ferrovia podem significar redução dos custos de transporte para os comerciantes e industriários. “Hoje nós fazemos todo o transporte por modal rodoviário. Es-

peramos que o transporte ferroviário ajude a baratear esse custo. Se isso se tornar vantajoso para os empresários, com certeza, todo o setor produtivo será beneficiado.”

Esta será a terceira vinda do presidente ao Estado. A primeira foi no dia 31 de maio, quando esteve em Goiânia para um evento da Igreja Assembleia de Deus, e a segunda ocorreu no dia 5 de junho, em Aragarças, para o lançamento do programa Juntos pelo Araguaia.

A Rumo, do grupo Cosan, foi a vencedora do leilão de trecho da Ferrovia Norte-Sul que liga Porto Nacional (TO) a Estrela d’Oeste (SP), e que corta o Estado de Goiás. O lance foi de R\$ 2,719 bilhões na Bolsa de Valores de São Paulo, no dia 28 de março. (Mariana Carneiro, estagiária do GJC em convênio com a UFG)

Edson Leite / Minfra



Tarcísio Gomes de Freitas e Ronaldo Caiado: reunião em Brasília

Retomada até Palmas é prevista para 2020

Desde que foi inaugurada pela ex-presidente Dilma Rousseff (PT) em 2014, poucos transportes foram realizados na Ferrovia Norte-Sul. A Rumo S.A foi a concessionária que venceu o leilão da ferrovia, com a oferta de R\$ 2,719 bilhões, no dia 28 de março de 2019. Ela arrematou um trecho de 1,5 mil quilômetros que vai de Estrela d’Oeste (SP) a Porto Nacional (TO).

Em a reunião em Anápolis, no dia 22 de maio, a empresa sinalizou que pretende que o trecho entre Goiás e Palmas (TO) volte a funcionar a partir de 2020. Porém, a concessionária ainda precisa terminar as obras na parte Sul do trecho que vai de Anápolis a Estrela d’Oeste (SP). Até então ainda não havia sido marcada uma data para a assinatura do contrato.



6 OSs concorrem para administrar 3 hospitais

SECRETARIA DE SAÚDE Nomes de entidades que vão administrar Hugo, Hutrin e Huana nos próximos quatro anos deve ser divulgado na próxima semana

Thalys Alcântara
thalys.alcantara@opopular.com.br

O resultado para o chamamento das Organizações Sociais (OSs) que vão administrar três grandes hospitais públicos da rede estadual de Goiás deve acontecer em breve. No último dia 26 foram abertos os envelopes contendo as propostas das seis concorrentes habilitadas. O prazo estimado para a apresentação do vencedor, entre 15 e 20 dias, vence na semana que vem.

As unidades que terão nova administração são o Hospital Estadual de Urgências de Goiânia (Hugo), o Hospital Estadual de Urgências de Trindade (Hutrin) e o Hospital Estadual de Urgências de Anápolis (Huana). Os dois primeiros funcionam por meio de contrato emergencial desde 26 de novembro do ano passado, após o rompimento do contrato com Instituto de Gestão em Saúde (Gerir), que alegou atrasos em repasses financeiros que não permitiam seu funcionamento adequado.

Já a OS que administra atualmente o Huana, a Fundação de Assistência Social de Anápolis (Fasa), decidiu, em fevereiro, rescindir e não renovar o contrato. Ela continua na gestão até a entrada da nova entidade vencedora.

O novo chamamento tem algumas diferenças em relação aos anteriores, da antiga gestão. Houve redução dos valores propostos pelo Estado e aumento das metas no contrato de cada hospital. Além disso, oferecer um menor valor de contratação deixou de ser um fator relevante no cálculo que decide a OS vencedora. A nova metodologia favorece fatores técnicos, ao invés de econômicos.

A mudança gerou certo descontentamento entre as OSs e foi, inclusive, um dos motivos da Fasa desistir de renovar o contrato do Hospital de Anápolis. Nesse chamamento, apenas oito participaram da seleção, sendo que quatro foram habilitadas. Uma delas, por meio de decisão judicial.

JUDICIÁRIO

Uma decisão liminar determinou a inclusão da Fundação Universitária Evangélica (Funev) entre as habilitadas para gerir o Huana. A OS havia sido desclassificada por não ter decreto de qualificação para a área da Saúde. A organização chegou a



Hugo é um dos hospitais que passam por processo seletivo de gestão



Tivemos que entrar com medida judicial para permitir que continuasse porque a OS havia sido desclassificada por ausência do decreto”

Juscimar Ribeiro, advogado da Funev

ser qualificada em 2011, mas uma mudança na legislação determinava que cada entidade tivesse uma qualificação específica de cada área de atuação.

Segundo o advogado da Funev, Juscimar Ribeiro, a OS fez o requerimento para a nova qualificação em abril deste ano e o edital para o Huana foi aberto em maio. Ainda de acordo com Ribeiro, há parecer favorável para a qualificação por parte da Secretaria Estadual de Saúde (SES-GO) e da Procuradoria Geral do Estado. No entanto, ainda falta o decreto governamental. “Tivemos que entrar com medida judicial para permitir que continuasse (no chamamento) porque ela havia sido desclassificada administrativamente por ausência do decreto”, explica o advogado.

TEMPO

As OSs vencedoras vão assinar os contratos que vão permitir a administração por quatro anos de cada hospital. O maior valor previsto no contrato é o do

Hugo, de R\$ 712.254.929,80, seguido pelo do Huana, de R\$ 256.599.783,36, e pelo Hutrin, de R\$ 124.883.744,64.

Metade das seis OSs habilitadas nesse chamamento não são de Goiás. São elas o Instituto CEM, de São Paulo, que já administra o Hutrin, o Instituto Nacional de Amparo à Pesquisa, Tecnologia, Inovação e Saúde (INTS), com sede em Salvador, e o Instituto de Medicina, Estudos e Desenvolvimento (IMED), também de São Paulo. (Veja quadro).

O Instituto Haver, que administra o Hugo, está entre as organizações habilitadas no chamamento dele e também do Huana.

Das seis OSs habilitadas, apenas uma concorre pela administração dos três hospitais. É o Instituto Consolidar, criado pela fisioterapeuta Melissa Nascimento de Barros. O site da entidade tem poucas informações sobre ela, mas por telefone, o atendente da OS informou que o novo presidente da Internet se chama Pedro Itabalana.

A Consolidar chegou a tentar concorrer os chamamentos para administrar colégios estaduais em 2016 que não tiveram andamento. Na época, uma reportagem da revista Nova Escola questionou a falta de experiência da organização.

A reportagem fez três questionamentos para a Consolidar, mas não teve resposta até o fechamento da edição impressa: o motivo da entidade participar dos três chamamentos; o que mudou de 2016 para cá na organização; o motivo da médica Melissa continuar como responsável pela OSs na Receita Federal.

Propostas em avaliação

Veja quais são as organizações sociais que concorrem para administrar três importantes hospitais do Estado

Origem **Proprietário** **Histórico**

<p>Instituto Consolidar Concorre para gestão do Hugo, Huana e Hutrin</p> <p>Goiás, 2016 Melissa Nascimento de Barros (fisioterapeuta)</p> <p>Participou de edital de OS na Educação em 2016, na época foi questionada por revista Nova Escola por falta de experiência. Site tem poucas informações e genéricas</p>
<p>Centro Hospitalar de Atenção e Emergências Médicas (Instituto CEM) Concorre para gestão do Hutrin e Huana</p> <p>São Paulo, 2010 Claudineia Aparecida Ramos Magalhães (analista de sistemas)</p> <p>Administra o Hutrin desde 27 de novembro de 2018 por meio de contrato emergencial. É investigado pelo Ministério Público de São Paulo por suspeita de irregularidades em contrato com prefeitura de Ribeirão Pires (SP)</p>
<p>Instituto Haver Concorre para gestão do Hugo e Huana</p> <p>Goiás, 2017 Yuri Vasconcelos Pinheiro (médico)</p> <p>Administra o Hugo desde 27 de novembro de 2018 por meio de contrato emergencial. É derivada do Instituto Goiano de Oncologia e Hematologia (Ingoh)</p>
<p>Centro Hospitalar de Atenção e Emergências Médicas (Instituto CEM) Concorre para gestão do Hutrin e Huana</p> <p>São Paulo, 2013 André Silva Sader</p> <p>Administra Hospital e Pronto-Socorro (HPS) Delphina Rinaldi Abdel Aziz em Manaus e 29 unidades de Saúde de Alfenas em Minas Gerais, desde março de 2018</p>
<p>Fundação Universitária Evangélica (Funev) Concorre para gestão do Huana (sub judge)</p> <p>Goiás, 2005 Cicilo Alves de Moraes</p> <p>Ligado ao Centro Universitário de Anápolis, UniEvangélica, tem experiência com hospitais em Goiás</p>
<p>Instituto Nacional de Amparo à Pesquisa, Tecnologia, Inovação e Saúde (INTS) Concorre para gestão do Hugo</p> <p>Salvador, 2009 Emanuel Marcelino Barros Sousa</p> <p>Lista em seu site 12 unidades de saúde que administra na Bahia e em São Paulo, como o Hospital Geral de Salvador e o Samu de Suzano (SP)</p>



Fraudes na Seduc deixaram obras 30% mais onerosas

A Polícia Civil deflagrou nesta quarta-feira (10) uma nova fase da Operação Mákara, que apura suspeitas de fraudes em licitações da Secretaria de Estado da Educação de Goiás (Seduc). Os alvos são empresários do ramo da construção civil e ex e atuais servidores do órgão, que, segundo as investigações, integravam um esquema ilegal em obras de reforma e ampliação de escolas públicas.

Outras duas fases da operação já foram realizadas. Desta vez, a polícia, por meio da Delegacia Estadual de Repressão a Crimes contra a Ordem Tributária (DOT), cumpriu sete mandados de busca e apreensão em residências de empresários da construção civil. De acordo com o delegado Alécio Moreira, já foi identificada a participação de mais de 40 empresas no esquema.

Foram apreendidos documentos, computadores, celulares e pen drives. Ele explicou que o grupo agia em duas vertentes. "A investigação gira em torno de licitações da Secretaria de Educação. Uma vertente envolvia servidor público, já afastado, que direcionava para determinadas empresas vencerem as licitações de reforma de escola e ampliação", detalha.

"Outra vertente é entre os próprios empresários que faziam acordos entre eles esco-



Já foi identificada mais de 40 empresas no esquema

lhendo quem venceria. Escolhido o vencedor, pagava os demais, cerca de 10% do valor da obra, rateado entre os demais, para que não entrassem na licitação", completa.

Ele afirma que alguns acordos chegavam a aumentar o preço de um contrato em até R\$ 40 mil. Ao menos mil licitações passíveis de fraude já foram identificadas. "Não que em todas tenham ocorrido fraude porque em algumas eles não entravam em acordo e acabavam indo para uma disputa, onde conseguia reduzir o preço em até 30%. Mas são várias escolas no Estado todo e várias que passaram por reformas e ampliação nesse período todo", pontua.

Ele afirma que as investigações seguem no sentido de

calcular qual o montante desviado, bem como identificar novas empresas suspeitas de integrar o esquema.

Outras fases

A primeira fase da operação foi realizada pela polícia em 23 de maio deste ano. Na ocasião, foram cumpridos dez mandados de busca e apreensão em Goiânia e Aparecida de Goiânia. Na casa de um diretor da Seduc foram localizados R\$ 80 mil em dinheiro, além de dois cheques de uma proprietária de construtoras. Já a segunda fase foi realizada no dia 7 de junho. Desta vez, foram 17 mandados de busca e apreensão em Goiânia, Aparecida de Goiânia e São Luís de Montes Belos. Alguns dias depois, um empresário foi preso.



Fio Direto

SUELI ARANTES

arantes.sueli@gmail.com

Contas da Sefaz de 2015 são julgadas irregulares e ex-secretária é multada

O vice-governador Lincoln Tejota disse, durante a posse dos deputados estaduais eleitos em 2018, que a nova legislatura representa “uma esperança muito grande da população por mudança, esperança que foi traduzida nas eleições do ano passado, com a vitória do governador Ronaldo Caiado e minha no primeiro turno”. Tejota destacou ainda o respeito entre os Poderes e a necessidade de haver convergência entre Executivo e Legislativo, com o objetivo de trabalhar pelas mudanças que os goianos esperam. “O governo respeita e reconhece a autonomia da Assembleia e tem a certeza de que os parlamentares têm a ciência de trabalhar em convergência para promover as mudanças pretendidas pela população que nos elegeu”. Deputado por dois mandatos, Lincoln Tejota disse que a Assembleia exerce papel fundamental ao discutir e votar leis e trazer a população para mais próximo das decisões que impactam na sociedade. “A Assembleia é a caixa de ressonância do Estado”. Tejota, o vice, fez referência ao período em que foi parlamentar. “Fico feliz agora como ex-deputado, ex-secretário e ex-vice-presidente desta Casa. A Casa em que meu pai já foi presidente, que minha mãe já foi deputada, e volto aqui hoje como vice-governador, revendo amigos e trazendo essa mensagem de esperança, que dias melhores virão”, relatou.

